



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Identificação da Reunião

Página 1 de 6

REUNIÃO REGIONAL SUL E SUDESTE – 1º CICLO DE 2013

Data: 02 a 05 de Abril de 2013

Local: Vitória – ES

Presentes:

Conforme lista de presença

Ausentes Justificados:

Não houve

Redator:

Bruna Lelli Pamplona (Cored)

Assuntos Tratados

O evento foi iniciado pelo Dr. Omer Pohlmann (Cored) que desejou boas vindas e, posteriormente, realizou sua apresentação onde destacou a excelente saúde financeira da RBMLQ – I, exibindo o comparativo da evolução da receita e da despesa.

Apresentou os gráficos comparativos da receita estratificada da RBMLQ – I (toda a RBMLQ – I, apenas regiões sul e sudeste e estado por estado das regiões sul e sudeste), onde chamou atenção para o baixo índice de crescimento em serviços metrológico, registrando que se deve dar mais atenção a esta atividade e que há espaço para desenvolver - lá.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) destacou que o percentual de cronotacógrafo exibido está errado e Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) registrou que as informações foram retiradas do SGI.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) relatou que existe um problema no sistema, destacando que o Ipem – RJ já havia informado à SURRS.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored), dando continuidade, exibiu o ranking da evolução de arrecadação total da RBMLQ – I, destacando o potencial de crescimento dos estados e apontando o estado de São Paulo possui o melhor índice.

Exibiu, também, a análise da receita gerada e da receita efetiva, isto é, o que é gerado com atividade técnica e jurídica.

Na seqüência, realizou a análise da receita gerada comparando-a com a receita efetiva (exercícios de 2012 e 2013 - janeiro e fevereiro) e apresentou os resultados do plano de trabalho e do plano de aplicação.

Posteriormente, apresentou o acompanhamento das verificações subseqüentes, produtos pré – medidos (acompanhamento de exames), avaliação da conformidade, fiscalização e jurídico de todos os órgãos delegados, apenas das regiões sul e sudeste e estado por estado, chamando atenção para a importância de se fazer um planejamento bem elaborado.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) questionou os índices apresentados em carga sólida, que para ela aparece como verificação inicial e a Cored o classifica como verificação subseqüente.

Referente a produtos pré – medidos (acompanhamento de exames), comunicou-se que haverá uma reunião para se discutir a sistemática de trabalho, com o objetivo de apresentar na próxima Reunião Técnica da Dimel com a

RBMLQ – I e, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored), destacou a proposta de nova forma de fiscalização, onde será inserida, nos coletores, perguntas que visam filtrar o tipo de estabelecimento e, dependendo da resposta, poderá ser gerado um auto de infração.

Dando prosseguimento, apresentou o quadro de fechamento dos planos de aplicação e das prestações de contas, informando que será levado à Plenária uma proposta de término do prazo de 05 (cinco) dias para correção e/ou ajustes do plano quando ocorrer devolução, explicando que alguns órgãos, mesmo sabendo que o plano não está concluído, o encaminha à Cored, apenas, para receber o recurso.

Na seqüência, exibiu os índices de inadimplência em serviços, comparando 2011 com 2012 e ressaltando que estes números servirão como base para fazer a migração do plano de trabalho para o plano de aplicação. Informou que o sistema calcula o índice automaticamente, porém o percentual de inadimplência pode ser negociado.

Apresentou a receita gerada no plano de trabalho e a receita classificada no plano de aplicação, do exercício de 2012 e apresentou, ainda, a receita prevista no plano de trabalho e pactuada no plano de aplicação, para os exercícios de 2013 e 2014.

Referente à receita estratificada, apontou os índices referentes à despesa de pessoal, corrente e investimentos e abordou, ainda, a despesa de pessoal que é paga, exclusivamente, com recurso do convênio.

Apresentou o formulário de solicitação de recurso para investimentos e destacou a situação dos convênios, no que se refere à sua vigência.

Dr. Rubens Camargo (Ipem – PR) perguntou se o convênio será lançado no Siconv e Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) esclarecer que, de acordo com o parecer, este convênio, devido às suas especificidades, não se aplicam ao Siconv, as há a obrigatoriedade de se fazer os planos de trabalho e aplicação e as prestações de contas.

Dr. Alfredo Lobo (Dconf) comentou acerca da reunião que será realizada em junho de 2013 para preparar os órgãos delegados para o planejamento quadrienal e Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) explicou a dinâmica dessa reunião.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) registrou que o Inmetro pode orientar os órgãos delegados na definição das atividades e nas características desta.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) ressaltou que o Inmetro tem sido cobrado de suas atribuições e ressaltou que os órgãos delegados sempre registram que há deficiência de pessoal, porém, destacou que esta deficiência, às vezes, pode ser apenas, uma questão de gestão, ressaltando que é uma obrigação do estado disponibilizar pessoal qualificado.

Dr. Ivan Alves (Ipem – MG) registrou que seria um avanço se o convênio contemplasse a parte de pessoal.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) destacou que, anteriormente, se teve uma fase voltada para a melhoria da mão de obra técnica, mas agora, precisa-se de qualificar a parte administrativa e Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) encaminhou este tema para ser discutido na Câmara Setorial de Administração e Finanças.

Dr. José Carlos Brandes (SURRS) iniciou sua fala apresentando as principais demandas do SGI, onde informou que a partir de maio de 2013 todos os documentos que estiverem no SGI terão certificação digital.

Informou, também, que o módulo de suprimentos é uma determinação dos órgãos de controle e destacou que está em fase de testes, ressaltando que se encontra disponível no SGI todo o fluxo dos módulos administrativos.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) ressaltou que todas as compras realizadas pelos órgãos delegados e os termos de referencia estarão disponíveis para consulta no SGI com o módulo de suprimentos.

Dr. José Carlos Brandes (SURRS) retomando sua fala, chamou para os processos homologados, destacando os valores médios e o quadro demonstrativo do que foi realizado em 2012.

Sobre produtos pré – medidos, Dr. José Carlos Brandes (SURRS) destacou o percentual que foi apresentado erro e sobre oficinas de reparo abordou a obrigatoriedade das oficinas lançarem, no sistema, a quantidade de etiquetas utilizadas.

Acerca dos Serviços Dqual – Orquestra, destacou a necessidade de todos os estados lançarem os dados corretamente no SGI e sobre SGI móvel, questionou-se se há previsão de migração para o Linux.

Concluindo, esclareceu que o módulo padrões está sendo desenvolvido.

Dr. Rogério Fernandes (Diraf) iniciou sua apresentação falando acerca do demonstrativo orçamentário referente ao ano de 2012, destacando que havia sido autorizado por lei a liberação de R\$ 609,04 milhões e o limite de empenho inicial foi de R\$ 369,90 milhões.

Solicitou que os órgãos delegados enviem à Diraf temas para discussão no encontro da Diraf com a RBMLQ – I, informando que há intenção de realizado no 2º Ciclo de 2013.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) destacou a necessidade de qualificação de pessoal, explicando que existe insumos para se fazer previsão e há, ainda, um sistema de informática bem desenvolvido.

Dra. Camila Koch (SURRS) comentou acerca da necessidade de uma mudança de cultura, ressaltando a importância das compras serem unificadas, explicando que isto geraria uma economia.

Dr. Rogério Fernandes (Diraf) informou que o orçamento de 2013 não foi aprovado e destacou que a expectativa de arrecadação é de R\$ 750 milhões.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) destacou a importância de se manter a credibilidade, ressaltando que todos os órgãos delegados deverão demonstrar, claramente, o que será executado.

Acerca de receita de rendimento de aplicação financeira, esclareceu que este recurso não deverá ser devolvido (apenas no final do convênio), porém destacou a importância de registrar este rendimento no plano de aplicação e na prestação de contas.

Esclareceu, ainda, que o estado só poderá utilizar o recurso proveniente de aplicação financeira, após solicitar autorização ao Inmetro, por escrito, buscando recursos orçamentários junto ao estado.

Sobre investimentos, destacou que, inicialmente, deverão ser utilizados os recursos existentes alocados na RBMLQ-I, devidamente previstos no plano de aplicação e registrados na prestação de contas.

A respeito de restos a pagar, a Sr. Francisco Sampaio (Secon) explicou que são as despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do ano corrente. Explicou, ainda, que a execução desta despesa está condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente. Encerrando, as regras gerais para inscrição de restos a pagar foram abordadas, informando que foi desenvolvido, no SGI, um módulo para este tema e poderá ser usado por todos os estados.

Dr. José Autran (Audin) iniciou sua fala registrando que o resultado das auditorias foram positivos.

Informou que o contrato de gestão foi retomado e registrou que a Diraf encaminhará orientação acerca da dispensa de licitação quando a compra for inferior a R\$ 16.000,00.

Referente à despesa de pessoal, chamou atenção para os valores que estão sendo pagos, solicitando que se olhe o teto institucional para este tipo de despesa.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) registrou que não se tem definições e questiona a falta de um modelo.

Dr. José Autran (Audin) informou as datas das próximas auditorias, registrando que no Espírito Santo será no período de 8 a 12/07/2013, em Santa Catarina será no período de 12 a 23/08/2013, em São Paulo será no período de 9 a 20/09/2013 e no Rio Grande do Sul será no período de 30/09/2013 a 11/10/2013.

Esclareceu que os demais estados não receberão a auditoria, da Audin, de forma presencial, registrando que este procedimento foi acertado com a CGU, devido o quantitativo de auditores que a Audin possui e que no próximo ciclo de auditorias outros estados passarão pela auditoria presencial.

Destacou que o relatório de auditoria estará disponível para todos os estados, solicitando atenção para os prazos de reposta.

Dr. Alexandre Salum (Imetro – SC) sugeriu a criação de uma cartilha orientativa que contemple os problemas mais comuns entre os estados.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) registrou que há uma solicitação, dos dirigentes, de que as auditorias sejam realizadas de forma isolada e Dr. José Autran (Audin) informou que, logicamente, as auditorias integradas são mais produtivas.

Concluindo, Dr. José Autran (Audin) chamou atenção para a questão de se gastar o recurso em tempo hábil, esclarecendo que não se deve deixar dinheiro em caixa.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) iniciou sua fala destacando que não houve prorrogação na portaria de eletrodomésticos (Portaria 371) e assumiu a existência de uma falha, por parte do Inmetro, em avaliar a abrangência desta portaria, destacando que os órgãos delegados foram orientados a não aplicar penalidade e caso algum produto tenha sido apreendido, este deverá ser devolvido.

Solicitou empenho na fiscalização dos produtos que esta portaria contempla, em caráter orientativo.

Dra. Camila Koch (SURRS) informou sobre a existência de uma empresa, no Rio Grande do Sul, que possui a linha de produção toda irregular, sendo orientada que a penalizar.

Referente ao convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), esclareceu que serão estabelecidos os objetos de fiscalização para os 8 mil ônibus que serão adquiridos, lembrando que já foram inspecionados 15 mil ônibus, os quais também foram comprados pelo FNDE, e que estão de acordo com a avaliação da conformidade.

Informou que há liberação de orçamento para compra de equipamentos de informática para os órgãos delegados e, ainda, haverá a aquisição de 12 veículos, os quais a Corel em conjunto com a Dqual definirão a distribuição, mas a idéia é distribuir entre os estados que mais precisarem, isto é, aquele que realizar um maior número de inspeções. Referente à certificação dos meios de hospedagens, Dr. Alfredo Lobo (Dqual), esclareceu que não houve demanda, ressaltando que o Ministério do Turismo não realizou a divulgação, a qual havia combinado com o Inmetro e que, agora, um grupo foi nomeado para reestruturar o programa.

Falou acerca da validade da certificação dos hotéis, que é de 3 (três) anos, dizendo que há uma suspeita de que os hotéis estejam deixando para se certificar próximo a copa do mundo e, assim, não precisarem renovar a certificação para a olimpíada.

Dando prosseguimento, Dr. Alfredo Lobo (Dqual), informou que haverá um treinamento, para os técnicos da RBMLQ – I, em certificações de hotéis, visando atender a demanda que surgirá e destacou que será necessário a realização de um intercâmbio, entre os estados, ressaltando que São Paulo poderá precisar de muitos técnicos.

Na seqüência, abordou o programa de certificação de copos descartáveis, informando que se resolveu regulamentar e registrou-se que todas as áreas de interesse foram incluídas.

Registrou que uma associação entrou na justiça querendo que este produto não seja realizado e uma liminar havia sido concedida a esta associação para que o Inmetro não fiscalizasse este segmento, mas o Inmetro venceu a liminar e, sendo assim, as fábricas serão fiscalizadas, já que o prazo de adequação do comércio ainda não expirou. Esclareceu que, por enquanto, será realizada uma operação para se verificar a massa do copo, destacando que será aplicada uma multa naqueles fabricantes que não respeitarem a massa estabelecida no regulamento.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) registrou que o Ipem – RJ já fiscaliza copos descartáveis devido a uma lei estadual, mas, a partir de agora, seguirá a regulamentação do Inmetro.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) informou sobre a necessidade de se utilizar o laboratório do Ipem – RJ para se realizar a verificação da conformidade dos copos descartáveis.

Na seqüência, Dr. Alfredo Lobo (Dqual) informou que uma portaria sobre regulamentação de assentos esportivos foi criada, por uma solicitação do MDIC, na condição do Brasil sediar a copa do mundo e das olimpíadas.

Registrou que o Inmetro não pode exigir que os bancos que já foram comprados, antes da portaria, respeitem as regras e, por esta razão, irá fiscalizar, apenas, as fábricas e não as obras.

Referente ao convênio Inmetro e Receita Federal, Dr. Alfredo Lobo (Dqual) explicou que o processo não avançou muito, mas está acordado que serão realizadas 5 (cinco) ações especiais.

Ressaltou que o diretor Receita Federal não concorda com a postura do Inmetro em não fiscalizar o mercado informal e este tem é encaminhado à Câmara Setorial de Avaliação da Conformidade.

Concluindo, Dr. Alfredo Lobo (Dqual) comunicou que o Inmetro acabou de passar pela reestruturação de seu regimento interno, sugerindo que na próxima Plenária a Dplad apresente o novo organograma.

Sr. Mauricio Evangelista (Dimel) iniciou o espaço Dimel informando que o Encontro Técnico será realizado em São Paulo e em paralelo será realizado um evento de arqueeação de tanques e o Gt SGI de Instrumentos.

Abordou a questão da emissão da nota fiscal, ressaltando sua importância e dizendo que não é permitido que o instrumento seja encaminhado sem este documento.

Solicitou que os órgãos delegados façam uma consulta formal à diraf para que esta diretoria os informe qual o procedimento correto de emissão de nota fiscal.

Informou que, acerca dos opacímetros, as lentes estão sendo concentradas em São Paulo e solicitou que os órgãos delegados que possuem uma demanda significativa procurem a Dimel para que uma ação junto aos fabricantes seja realizada, visando adquirir as lentes.

Informou, ainda, que, a respeito dos etilômetro, a solicitação do material de referencia seja solicitado diretamente à Dimci.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) registrou a necessidade de lançar a quantidade de equipamentos e Sr. Bruno Amado (Dimel) esclareceu que existe um portal (PSIE) que puxa esta informação.

Sr. Bruno Amado (Dimel), dando prosseguimento ao espaço Dimel,apresentou os dados referentes ao percentual de bombas medidoras que foram verificadas, comparando com o percentual que representa a verificação após reparo e destacou o percentual de instrumentos que estão pendentes (faltando passar pela verificação após reparo).

Posteriormente, apresentou o percentual de bombas medidoras e balanças que precisam ser verificadas.

Na seqüência, abordou o controle metrológico, destacando o objetivo da fiscalização.

Dr. Valmir Ditomaso (Ipem – SP) questionou a forma de se mensurar a fiscalização em radar e Sr. Bruno Amado (Dimel) esclarecer que os dados são retirados do SGI, onde os próprios órgãos delegados inserem as informações.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) destacou a necessidade do Inmetro sinalizar um percentual adequado para se ter um planejamento realista, ressaltando que no módulo de fiscalização é tudo novo.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) esclareceu que este assunto (fiscalização em radar) será tratado no encontro técnico e registrou que, em sua visão, esta fiscalizar deveria ocorrer sem aviso prévio.

Esclareceu, ainda, que na reunião preparatória para o planejamento quadrienal será apresentado o percentual ideal de fiscalização para cada instrumento, levando em consideração a realidade de cada estado.

Posteriormente, Sr. Bruno Amado (Dimel) registrou que haverá um treinamento referente a norma de bombas medidoras, com o foco em identificação de fraudes.

Sr. Mauricio Evangelista (Dimel), destacando a grande representatividade das irregularidades nas auditorias técnicas, registrou a necessidade de aumentar o controle.



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Assuntos Tratados

Página 6 de 6

Concluindo, Sr. Mauricio Evangelista (Dimel), destacou, ainda, a necessidade de ampliar o índice de verificação após reparo e registrou que será realizado o Encontro Técnico da Dimel com a RBMLQ – I, no período de 15 a 18 de Abril de 2013, em São Paulo.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) encerrou a reunião e as oficinas de trabalho foram iniciadas.

Próxima Reunião:

Data: 02 a 06 de Setembro de 2013

Local: Curitiba – PR